

Proc. Administrativo 3- 300/2026

De: Rafael V. - PGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 21/05/2026 às 09:28:11

Setores envolvidos:

Dep. LICIT, PGM

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA

Prezados;

Em anexo, remeto o parecer jurídico n. 121/2026-PGM, exarado na análise da presente contratação direta (dispensa por valor - rito eletrônico), para as considerações do órgão demandante e do Departamento de Licitações e Contratos.

—
Rafael Vasconcelos
Procurador do Município

Anexos:

Parecer_n_121_2026_PGM_Dispensa_de_licitacao_por_valor_r_eletronico_servicos_de_publicacao_no_D_O_U.pdf



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO n. 121/2026-PGM

Processo 1Doc n.300/2026

Termo de dispensa de licitação.

Rito Eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

Fundamento legal: Art. 75, II, da lei n. 14.133/2021; art. 1º, §2º, II, do Decreto Municipal n. 008/2023.

1. Relatório

Cuida-se de procedimento de **dispensa de licitação** pela Secretaria Municipal de Administração, com vistas à consecução do objeto em epígrafe.

Constam no procedimento as seguintes documentações:

- i) Justificativa de Ausência do Plano Anual de Contratações, p. 1-2;
- ii) Justificativa para Dispensa de Mapa de Riscos, p. 3-4;
- iii) DOD – Documento de Oficialização da Demanda, p. 5-7;
- iv) ETP – Estudo Técnico Preliminar e anexos, p. 8-119;
- v) Justificativa, p. 120-122;
- vi) Justificativa de Preços e anexos, p. 123-140;
- vii) Justificativa da escolha do fornecedor, p. 141-142;
- viii) Termo de Referência, p. 143-153;

Rua das Acácias, 1337N, Jd. Mato Grosso – CEP 78310-000 – Comodoro/MT

Site: www.comodoro.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

-
- ix) Autorização da autoridade competente, p. 154-155;
 - x) Indicação de Recursos, p. 156-157;
 - xi) Edital e anexos, p. 158 e ss.

É o relatório.

Passo ao exame jurídico procedimental.

2. Fundamentação.

Atendendo ao preceito legal previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021¹, a Procuradoria do Município emite o seguinte parecer inicial, relativo ao procedimento de dispensa em consulta.

A justificativa reside sobre a necessidade de contratação de serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento de matérias para publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), abrangendo atos administrativos e institucionais da Prefeitura Municipal, cuja divulgação seja obrigatória por força de lei ou necessária à plena eficácia e transparência dos atos administrativos.

2.1. Dispensa por valor. Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021.

Inicialmente, no que tange ao critério objetivo do **valor da aquisição** pretendido pelo órgão solicitante, **caracteriza-se a possibilidade de dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, com as justificativas presentes nos autos.

O referido diploma legal estabelece, *in verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

¹Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Essa aferição é de caráter objetivo, haja vista se tratar de regra afeta ao limite de preço da contratação de outros serviços (que não de engenharia) e compras, a permitir a dispensa do procedimento ordinário da licitação nas hipóteses que ao comando legal se amoldarem. Trata-se da conhecida dispensa por valor.

Nesse caminho, a legislação ampara a dispensa de licitação em razão do valor de serviços e compras se revelarem ínfimos e os custos advindos do procedimento licitatório não indicarem sua realização, frente ao pequeno valor da demanda.

Ressalta-se que, por força do Decreto Federal n. 12.807, de 2025, os valores relativos às modalidades foram atualizados, passando o art. 75, II, da Lei nº 14.133, a exprimir o valor de R\$ 65.492,11, para compras e serviços, que não os de engenharia.

Assim, conforme estimativa representada pela planilha orçamentária, observa-se objetivamente que a contratação pretendida engloba-se na porcentagem máxima regulamentada (R\$ 57.764,38).

2.2. Orientação quanto à verificação técnica de inoccorrência de fracionamento irregular de despesas.

Impõe-se, nesse aspecto, orientar ao órgão demandante da dispensa de licitação por valor, quanto à necessidade de se analisar tecnicamente e dentro de seu planejamento anual de compras, se a presente aquisição, eventualmente, não se refere a parcelas de uma mesma compra de maior vulto, que possa ser realizado de uma só vez, conforme dispõe o §1º, art. 75, da Lei nº 14.133:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:*

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Essa análise configura um fator determinante para definir a possibilidade de dispensar a licitação em razão do valor, para compras e serviços, ou se estaria, ao contrário, a administração obrigada a licitar (pois se esta aquisição fizer parte de um conjunto maior de compras/contratação de serviços, que possam ser realizadas de uma só vez, numa mesma oportunidade e local, haveria a necessidade de estimar o valor global daqueles, utilizando a modalidade licitatória adequada a este somatório global).

Conforme acima salientado, esse preceito consta expressamente na Lei n. 14.133/2021, e consagra a proibição do fracionamento ilegal de despesa – uma regra de comando negativo – de não fazer – que passamos a abordar nas linhas abaixo, em caráter orientativo e preventivo à administração.

Passando para o caso em concreto, significa que, caso no planejamento anual da administração já tenha ocorrido ou exista previsão no orçamento de compras/serviços objeto da presente dispensa, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente e no mesmo local, as contratações devem ser agregadas a um mesmo conjunto (formato global), para serem somados (valores), de forma global, e o resultado desse somatório é quem vai determinar se há a necessidade de se licitar e qual a modalidade deve ser utilizada, ou se as contratações se inserem nos limites da dispensa por valor.

Em termos objetivos, tem-se, então, que **fracionar a despesa é simplesmente dividi-la em partes**, quando se poderia estimar o total, tendo em vista a natureza do objeto da contratação.

Nessa sistemática, ocorrerá o fracionamento ilegal quando o administrador não adotar a modalidade correspondente ao somatório dos valores gastos durante todo o exercício financeiro para os objetos da mesma natureza, dividindo a despesa e adotando modalidades menos amplas para cada compra/contratação, ou ainda, utilizando de contratação direta de pequeno valor (art. 75, I e II, Lei nº 14.133) para cada compra/contratação.

O dever de planejamento, aliás, ganhou destaque na nova Lei de Licitações, que o elevou a princípio, conforme segue:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).(grifo nosso).

Para fins de análise quanto ao fracionamento irregular de despesas, o Tribunal de Contas Estadual realizou a interpretação de algumas definições e publicou a Resolução de Consulta n. 21/2011, nos termos a seguir:

*Licitação. Parcelamento e fracionamento. Obrigatoriedade e definição da modalidade. Parcelamento do objeto. Fracionamento de despesas. Critérios. O fracionamento de despesas é a prática ilegal do parcelamento do objeto, com intento de desfigurar a modalidade licitatória ou até mesmo dispensá-la. Para que essa prática não fique configurada e o parcelamento do objeto seja perfeitamente operacionalizado, é primordial a observância dos seguintes preceitos: 1) o parcelamento do objeto da contratação é uma determinação e não uma mera faculdade; para não realizá-lo é preciso que se demonstre que a opção não é vantajosa ou viável naquela situação específica, por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica, nos termos do § 1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93; 2) as parcelas integrantes de um mesmo objeto devem ser conjugadas para determinação da modalidade licitatória ou dispensa; todavia, em caráter excepcional, na forma do art. 23, § 5º, **para obras e serviços de engenharia, há possibilidade de abandonar a modalidade de licitação para o total da contratação, quando se tratar de parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoa ou empresa de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço**; 3) as contratações (obras e serviços de engenharia) que tenham a mesma natureza (assemelhados), sendo parcelas de um único objeto, devem ser somadas para determinação da obrigatoriedade da licitação ou definição da modalidade licitatória, a menos que não possam ser executados no mesmo local, conjunta e concomitantemente; 4) **sempre que as aquisições envolverem objetos idênticos ou de mesma natureza, há que se utilizar de licitação pública e na***





ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

modalidade apropriada em função do valor global das contratações iguais ou semelhantes (mesma natureza) planejadas para o exercício; 5) objetos de mesma natureza são espécies de um mesmo gênero; ou que possuem similaridade na função; ou cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos; 6) a classificação orçamentária (elemento ou subelemento de despesas) e a identidade ou qualidade do fornecedor são insuficientes, isoladamente, para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória; 7) o lapso temporal entre as licitações é irrelevante para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória; 8) o gestor deve zelar por uma precisa definição do objeto, programando suas contratações em observância ao princípio da anualidade da despesa; 9) o ramo de atividade da empresa licitante deve ser compatível com o objeto da licitação e sua definição não está vinculada, necessariamente, ao subelemento de despesas; 10) a contratação que for autônoma, assim entendida aquela impossível de ter sido prevista (comprovadamente), mesmo que se refira a objeto idêntico ou de mesma natureza de contratação anterior, poderá ser realizada por dispensa em razão de pequeno valor ou adotada a modalidade licitatória, isoladamente. (CONSULTAS. Relator: DOMINGOS NETO. Resolução De Consulta 21/2011 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 29/03/2011. Publicado no DOE-MT em 31/03/2011. Processo 125997/2009). (grifo nosso).

Ante toda essa exposição, **recomenda-se** que se verifique durante o planejamento da contratação, por meio da equipe técnica responsável pelas aquisições/contratações do ente demandante, a eventual existência de outras parcelas integrantes do mesmo objeto, da mesma natureza e que possam ser realizadas em conjunto e simultaneamente - circunstância que, se constatada tecnicamente, deverá atrair a junção dos demais (objetos) no procedimento em desenlace, para determinação da modalidade licitatória (valor global das contratações) e não realização de dispensas irregulares se o valor global exceder ao teto para a dispensa para comprar e serviços, que não de engenharia, evitando-se, com isso, a prática indesejada do fracionamento irregular de despesas.



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Para auxílio nessa análise, registra-se que o TCE/MT possui entendimento de que bens de mesma natureza são espécies de um mesmo gênero; ou que possuem similaridade na função; ou cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos.

3. Da documentação necessária.

Com o advento da Lei n. 14.133/2021, ampliou-se a documentação necessária para legitimar a contratação direta, razão pela qual a administração deve se atentar às exigências legais a seguir expostas, nos termos do Decreto n. 8/2023, de 24/02/2023.

3.1. Documentos necessários para contratação direta.

O presente procedimento, nos termos do art. 1º, §2º, II, do Decreto 008/2023, seguirá o **rito eletrônico**, uma vez que se trata de hipótese de dispensa de licitação enquadrada nos dispostos pelos incisos I e II do art. 75 da referida Lei.

Assim, nos termos do art. 7º do Decreto que regula a matéria, o procedimento deve ser instruído com a seguinte documentação:

Art. 7º [...]

I - documento de formalização de demanda, com o respectivo documento de

II - termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, nos quais deverá, dentre outros requisitos, atestar a observância aos limites legais que autoriza a adoção do rito eletrônico;

III - estimativa de preços, na forma do regulamento específico;

IV - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

V - demonstração de compatibilidade de previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido;

VI - Minuta do Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica e do contrato, se for o caso;

VII - autorização da autoridade competente;

VIII - Comprovantes de publicação do aviso de dispensa eletrônica;

IX - Documentos de habilitação e proposta de preços apresentados pela empresa vencedora;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

X - ato de ratificação do procedimento pela autoridade competente;

XI - comprovantes de publicação oficial do ato de ratificação;

Nesse sentido, **competete ao órgão gestor certificar que o procedimento contém toda a documentação** prevista no art. 29º do Decreto nº 008/2023.

3.1.2. Outras documentações.

Cumpre salientar que, independentemente da contratação direta dos serviços, deve constar dos autos prova de regularidade fiscal e trabalhista.

3.1.3. Publicação.

Sobre a publicação da contratação, observe-se o art. 94, da lei n. 14.133-2021:

*Art. 94. A **divulgação** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:*

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade. (grifo nosso).

Reitera-se que segundo a lei n. 14.133/2021 e o decreto municipal n. 08/2023, esta contratação direta deverá ser precedida da divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, conforme disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº14.133/2021. Confira-se:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.*

De tal modo, a dispensa de licitação deve ser precedida de um processo com estrita observância dos princípios que norteiam a Administração Pública, para que seja contratada a proposta mais vantajosa ao Poder Público.

Destaca-se, por fim, que o "ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial", nos moldes do parágrafo único do art. 72 do Novo Estatuto Licitatório, e que se deve observar quanto ao procedimento a instrução delineada no art. 8º e seguintes do decreto municipal n. 08/2023.

4. Conclusão.

Ante o exposto, constata-se, salvo melhor juízo, a obediência às regras insculpidas pela Lei 14.133/2021, notadamente quanto ao procedimento (requisitos documentais), e a fundamentação, de análise e atribuição da administração, quanto à dispensa de licitação, razão pela qual esta Procuradoria manifesta-se **favoravelmente** à pretensão, **desde que observada às seguintes recomendações:**

- I. que a unidade demandante certifique, previamente à contratação, a inexistência de fracionamento irregular de despesas, nos termos do art. 75, §1º, da Lei n. 14.133/2021, considerando o somatório de contratações de mesma natureza realizadas no exercício financeiro;
- II. Considerando que o ETP e as pesquisas de preços (**fase de planejamento**), foram elaborados por agentes públicos atualmente funcionam na função de agente de contratação e integrante da equipe de apoio (**fase de julgamento**), em observância ao princípio da segregação



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

de funções, recomenda-se que preferencialmente os mencionados servidores não atuem na fase de julgamento do mesmo processo. No entanto, se necessitarem atuar, em razão de eventual restrição de pessoal ou inviabilidade de adotar opção diversa, orienta-se que sejam apresentadas justificativas fáticas nesse sentido, além de se **assegurar que o agente atue por meio de uma equipe/colegiado, não tomando decisões isoladamente a respeito de determinada fase/etapa** (o que poderia potencializar a ocultação de erros/fraudes – art. 7º, § 1º, da lei n. 14.133/2021).

À apreciação superior.

Comodoro/MT, 21 de maio de 2026.

(assinado eletronicamente)
Rafael Vasconcelos
Procurador do Município



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 95FC-9D02-0EB3-0A21

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL VASCONCELOS (CPF 896.XXX.XXX-20) em 21/05/2026 09:29:47 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/95FC-9D02-0EB3-0A21>

Proc. Administrativo 4- 300/2026

De: Isabel R. - Dep. LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 22/05/2026 às 07:53:12

Setores envolvidos:

Dep. LICIT, PGM

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA

Em atendimento às recomendações constantes do parecer jurídico, esta Unidade Demandante apresenta os seguintes esclarecimentos:

Inicialmente, quanto à recomendação referente à inexistência de fracionamento irregular de despesas, nos termos do art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que a presente contratação não configura fracionamento irregular de despesas.

A contratação pretendida refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA.**

Cumprir esclarecer que o Município já possuía contratação anterior para prestação de serviços da mesma natureza, firmada sob a égide da Lei nº 8.666/93, a qual foi regularmente prorrogada pelo período legalmente permitido, totalizando 05 (cinco) anos consecutivos de vigência.

Assim, a necessidade da presente contratação decorre justamente da impossibilidade legal de nova prorrogação do contrato anterior, tornando indispensável a realização de novo procedimento contratual para continuidade da prestação do serviço público essencial.

Dessa forma, verifica-se que não houve divisão artificial de despesas com o objetivo de enquadramento indevido em hipótese de contratação direta, mas sim a substituição de contrato anteriormente vigente, em razão do encerramento do prazo máximo legal de prorrogação, inexistindo, portanto, fracionamento irregular de despesas.

Outrossim, em atendimento à recomendação referente ao princípio da segregação de funções, prevista no art. 7º §1º, da Lei nº 14.133/2021, esclarece-se que as servidoras **Ariadne Guilherme da Silva** e **Isabel de Almeida Ramires** atuaram exclusivamente na fase de planejamento da contratação, mediante elaboração do Estudo Técnico Preliminar e pesquisas de preços.

Para a fase de julgamento da presente licitação eletrônica, foi editada nova portaria designando como Agente de Contratação o servidor **Vanderson da Silva Santos**, distinto das servidoras que participaram da fase preparatória, observando-se, assim, o princípio da segregação de funções recomendado no parecer jurídico.

Ademais, registra-se que os membros da comissão/equipe de apoio responsável pelo acompanhamento dos atos da fase externa do certame são as servidoras **Fabiula Correa** e **Benedita Aparecida de Jesus**, assegurando-se que os atos do procedimento sejam realizados de forma colegiada, sem decisões isoladas, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

—
Isabel de Almeida Ramires

Departamento de Licitações e Contratos

Anexos:

PORTARIA_206_2024_COMISSAO.pdf

PORTARIA_DO_AGENTE_DE_CONTRATACAO.pdf





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9E48-03F7-8F5B-BE15

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ISABEL DE ALMEIDA RAMIRES (CPF 027.XXX.XXX-77) em 22/05/2026 07:53:31 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/9E48-03F7-8F5B-BE15>



**ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO**

Gestão 2021/2024

**PORTARIA Nº. 383/2023
DE: 12.06.2023**

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, passará a regular todas as licitações e contratos da administração pública direta e indireta, e suas autarquias federais;

Considerando o Decreto Municipal 09/2023 de 24 de fevereiro de 2023, que regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação de fiscais e gestores de contratos, nas áreas de que trata a Lei Nacional nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos abaixo relacionados para exercerem as funções de **Agente de Contratação**, nesta municipalidade.

NOME	CARGO	MAT.
Vanderson Da Silva Santos	Pregoeiro	4692
Aryadne Guilherme Da Silva	Gerente de Licitações de Contratos e Convênios	4799

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 12 dias do mês de junho do ano de 2023.

Rogério Vilela Victor de Oliveira
Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira
Secretário Municipal de Administração


Rua Espírito Santo, n.º 199-E – Centro - Fone: (65) 3283-1192 – CEP 78.310-000
E-mail: gabinete@comodoro.mt.gov.br - Comodoro – MT.
Site: www.comodoro.mt.gov.br

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: PORTARIA_N._383.2023_DESIGNAR_os_servidores_efetivos_abaixo_relacionado_s_para_exercerem_as_funcoes_de_Agente_de_Contratacao_nesta_municipalidade.pdf
Hash (SHA256): CtgzExIAMlw57jaaET6YnXkw0vJu8X0bAZO+skLqOLw=
Tamanho do Documento: 92171 bytes
Data de Recebimento do Documento: 15/06/2023 17:06:48
Status do Documento: Assinado
Link de Validação: <http://validador.assinepelainternet.com.br>
Código de Validação: 0134872




Signatário ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA

Status da Assinatura:  VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_48834_21289_1768800500217967.pdf.api
Data da Assinatura: 15/06/2023 17:13:31
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: PREFEITO
Local da Assinatura: R. dos Ipês, 366 E - Centro, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6605709, longitude=-59.7901442
IP de Origem do Acesso: 179.42.60.33
Operadora do IP de Origem: 179.42.60.33

Informações do Signatário

CPF: 396.***.***-72
E-mail: rv*****@gmail.com
Telefone: (65)99256-****
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 10:09:35 do dia 15/06/2023

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 53903471
Data: 15/06/2023 17:13:31

Signatário DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA

Status da Assinatura:  VALIDO

Nome do Arquivo de Assinatura: API_48835_21289_1768800500217967.pdf.api

Data da Assinatura: 16/06/2023 08:18:14

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica

Propósito da Assinatura: SECRETÁRIO (A)

IP de Origem do Acesso: 179.42.60.33

Operadora do IP de Origem: 179.42.60.33

Informações do Signatário

CPF: 975.***.***-87

E-mail: ka*****@gmail.com

Telefone: (65)99963-****

Validado por: Consulta na Receita Federal

Cadastro validado às: 08:17:19 do dia 16/06/2023

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO

Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151

Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING

Nº de Série: 57138322

Data: 16/06/2023 08:18:14



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PODER EXECUTIVO

2021/2024

PORTARIA Nº. 206/2024
DE: 25.03.2024

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, passará a regular todas as licitações e contratos da administração pública direta e indireta, e suas autarquias federais;

Considerando o Decreto Municipal 09/2023 de 24 de fevereiro de 2023, que regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação de fiscais e gestores de contratos, nas áreas de que trata a Lei Nacional nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

Considerando a Portaria 383/2023 de 15 de junho de 2023;

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos abaixo relacionados para exercerem as funções de **Apoio aos Agentes de Contratação**, nesta municipalidade.

NOME	CARGO	MAT.
Isabel de Almeida Ramires	Auxiliar Administrativo	4656
Benedita Aparecida de Jesus Santos	Auxiliar Administrativo	3628
Fabiula Cristina Corrêa	Auxiliar Administrativo	4886

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias do mês de março do ano de 2024.

Rogério Vilela Victor de Oliveira
Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira
Secretário Municipal de Administração

Rua das Acácias, n.º 1337-N – Jardim Mato Grosso – CEP 78310-000

E-mail: gabinete@comodoro.mt.gov.br - Comodoro – MT.

Site: www.comodoro.mt.gov.br

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a LEI Nº 14.063/2020

Hash do documento: x/AM3eiuvB5rnqxBFEnwetBaODUCENPw8FVZuTZa9kU=


Valide seu documento clicando aqui!

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: PORTARIA_N._206.2024_DESIGNAR_os_servidores_efetivos_abaixo_relacionado_s_para_exercerem_as_funcoes_de_Apoio_aos_Agentes_de_Contratacao.pdf
Hash (SHA256): x/AM3eiuvB5rnqxBFEnwetBaODUCENPw8FVZuTZa9kU=
Tamanho do Documento: 160991 bytes
Data de Recebimento do Documento: 03/04/2024 09:55:52
Status do Documento: Assinado
Link de Validação: <http://validador.assinepelainternet.com.br>
Código de Validação: 2103390




Signatário ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA

Status da Assinatura:  VALIDO
Nome do Arquivo de Assinatura: API_78696_41647_1795318300385299.pdf.api
Data da Assinatura: 04/04/2024 14:08:58
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica
Propósito da Assinatura: PREFEITO
Local da Assinatura: R. Goiás, 425 - Jardim Mato Grosso, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil
Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6564762, longitude=-59.7818168
IP de Origem do Acesso: 131.196.200.74
Operadora do IP de Origem: 131-196-200-74.speednetms.com.br

Informações do Signatário

CPF: 396.***.***-72
E-mail: rv*****@gmail.com
Telefone: (65)99256-****
Validado por: Consulta na Receita Federal
Cadastro validado às: 08:36:31 do dia 04/04/2024

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING
Nº de Série: 217507778
Data: 04/04/2024 14:08:57

Signatário DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA

Status da Assinatura:  VALIDO

Nome do Arquivo de Assinatura: API_78697_41647_1795318300385299.pdf.api

Data da Assinatura: 05/04/2024 08:47:42

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica

Propósito da Assinatura: SECRETÁRIO (A)

Local da Assinatura: R. Goiás, 511 - Tertulia, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil

Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6556275, longitude=-59.7820387

IP de Origem do Acesso: 179.42.60.33

Operadora do IP de Origem: 179.42.60.33

Informações do Signatário

CPF: 975.***.***-87

E-mail: ka*****@gmail.com

Telefone: (65)99963-****

Validado por: Consulta na Receita Federal

Cadastro validado às: 08:47:20 do dia 05/04/2024

Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO

Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151

Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING

Nº de Série: 217941867

Data: 05/04/2024 08:47:42